

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ADRIELY DA SILVA BALDEZ

**PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO DE 2020 A 2023**

São Luís - MA

2023

ADRIELY DA SILVA BALDEZ

**PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO DE 2020 A 2023.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão para o grau de Bacharel em Ciências Contábeis
Orientadora: Prof.^a Msc Maria Tereza Rodrigues Araújo.

São Luís – MA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Baldez, Adriely da Silva.

Privatização da Eletrobras : Uma análise do desempenho econômico-financeiro de 2020 a 2023 / Adriely da Silva Baldez. - 2023.

50 f.

Orientador(a): Maria Tereza Rodrigues Araújo.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2023.

1. Análise Econômico-Financeira. 2. Eletrobras. 3. Indicadores Econômico-Financeiros. 4. Privatização. I. Araújo, Maria Tereza Rodrigues. II. Título.

ADRIELY DA SILVA BALDEZ

**PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO DE 2020 A 2023.**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis da Universidade
Federal do Maranhão para o grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: //

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc Maria Tereza Rodrigues Araújo (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

1º Avaliador

2º Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado mais uma conquista, e por ter me permitido ter fé para chegar até aqui.

Gostaria também de agradecer aos meus pais, João e Josélia, que me proporcionaram acesso à educação desde a educação infantil e trabalharam para que eu chegasse à graduação. Agradeço também aos meus irmãos pelo apoio e incentivo.

Agradeço à minha orientadora, Maria Tereza, que prontamente aceitou me orientar e ajudar na condução da pesquisa, e que sempre foi prestativa e atenciosa.

Sou grato a todos os professores que ministraram as aulas durante a minha graduação, cada professor faz parte da base da minha formação.

Obrigada aos meus colegas de curso que tiveram um papel importante na minha jornada acadêmica.

RESUMO

A análise do desempenho econômico-financeiro é uma ferramenta essencial para se conhecer a situação de uma empresa sob este enfoque, esta pode auxiliar os interessados na tomada de decisão relacionadas a diferentes situações envolvendo a saúde da empresa. O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, através dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício divulgados nas demonstrações contábeis anuais e demonstrações contábeis de 2020 a 2022 e as demonstrações intermediárias de 2023 da empresa. A questão da pesquisa que se pretende responder é: "Qual o desempenho econômico-financeiro da Eletrobras entre o período de 2020 a 2023?". O objetivo geral consiste em compreender o processo de privatização da Eletrobras e analisar a situação Econômico-Financeira da empresa entre 2020 até o terceiro trimestre de 2023, através da aplicação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade. A pesquisa é classificada como descritiva, a abordagem quantitativa, a técnica da pesquisa é documental, além disso foram realizadas pesquisas bibliográficas, tendo como fontes livros, trabalhos acadêmicos, legislações, sites de Órgãos do Governo Federal e site da empresa. Traz em sua conclusão o resultado da aplicação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, resultado dos períodos anteriores e posteriores à privatização. Considera-se relevante a contribuição desta pesquisa para o meio acadêmico, visto que, aborda assuntos importantes para a formação dos estudantes de contabilidade.

Palavras-chave: Análise Econômico-Financeira, Indicadores Econômico-Financeiros, Eletrobras e Privatização.

ABSTRACT

The analysis of economic-financial performance is an essential tool for knowing the situation of a company from this perspective. It can help those interested in making decisions related to different situations involving the company's health. This course conclusion work has as its object of study Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, through the Balance Sheets and Income Statements disclosed in the annual financial statements and financial statements from 2020 to 2022 and the interim statements from 2023 from the company. The research question we intend to answer is: "What is Eletrobras' economic-financial performance between the period 2020 and 2023?". The general objective is to understand the Eletrobras privatization process and analyze the company's economic-financial situation between 2020 and the third quarter of 2023, through the application of liquidity, debt, and profitability indices. The research is classified as descriptive, the approach is quantitative, the research technique is documentary, in addition bibliographical research was carried out, using as sources books, academic works, legislation, websites of Federal Government Bodies and the company website. It brings in its conclusion the result of the application of liquidity, debt and profitability indices, results of the periods before and after privatization. The contribution of this research to the academic world is considered relevant, as it addresses important issues for the training of accounting students.

Keywords: Economic-Financial Analysis, Economic-Financial Indicators, Eletrobras and Privatization.

LISTA DE SIGLAS

AC	Ativo Circulante
AT	Ativo Total
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BP	Balanço Patrimonial
CE	Composição do Endividamento
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CGT	Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
CGU	Controladoria Geral da União
CHESF	Companhia hidroelétrica do São Francisco
CPC	Conforme os Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CT	Capitais de Terceiros
DRE	Demonstrações do Resultados de Exercício
E	Estoque
ELP	Exigível a Longo Prazo
FFE	Fundo Federal de Eletrificação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GA	Giro do Ativo
IPL	Imobilização do Patrimônio Líquido
IRNR	Imobilização dos recursos não correntes
IUEE	Imposto Único sobre Energia Elétrica
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LL	Lucro Líquido
LS	Liquidez Seca
ML	Margem Líquida
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capitais de Terceiro
PL	Patrimônio Líquido
PLV	Projeto de Lei de Conversão

PND	Programa Nacional de Desestatização
PPP	Parceria Público-Privada
RA	Rentabilidade do Ativo
RLP	Realizável a Longo Prazo
RPL	Rentabilidade do Patrimonio Líquido
SA	Sociedade Anônima
SP	São Paulo
V	Vendas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (PND)	13
2.1 Tipos de Desestatização	14
2.2 Etapas da Desestatização	15
3 A ELETROBRAS E SEU PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO	16
3.2 A Eletrobras Enquanto Empresa Estatal	16
3.3 Justificativas Para a Privatização da Eletrobras	18
3.3 Caminhos da Desestatização	18
3.4 A Eletrobras Após a Desestatização	19
4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
4.1 Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiros	23
4.1.1 Indicadores de Liquidez	23
4.1.2 Indicadores de Endividamento	24
4.1.3 Indicadores de Rentabilidade	26
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
5.1 Análise dos Índices de Liquidez	28
5.2 Análise dos Índices de Endividamento	30
5.3 Análise dos Índices de Rentabilidade	32
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE	40
ANEXOS	43

1 INTRODUÇÃO

As Centrais Elétricas Brasileira S.A (Eletrobras) é a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina. Sua área de atuação é no seguimento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Depois de várias tentativas para desestatizar a Eletrobras, no final do segundo semestre de 2022 finalmente a companhia entrou para o grupo das empresas privatizadas pelo Governo do Brasil, deixando assim, de ser uma empresa pública e tornando-se uma sociedade por ações de capital aberto.

As primeiras privatizações de empresas públicas no Brasil remontam à década de 1980. Nessa época foram privatizadas empresas pequenas com a finalidade de diminuir a participação do Governo no setor produtivo, sem focar na geração de receitas para o tesouro. (BNDES).

A partir da década de 1990, o objetivo das privatizações foi o ajuste fiscal, através da utilização das chamadas moedas de troca. Também nesse período surgiu o Programa Nacional de Desestatização (PND). Com a criação do programa as privatizações tornaram-se mecanismos utilizados pelo Governo para a reformar a economia do País. (BNDES,2022).

Com o passar dos anos o Estado usou as privatizações para melhorar a oferta de serviços públicos. Através da transferência das estatais para o setor privado foi possível aumentar os investimentos realizados pelas novas direções das empresas privatizadas (BNDES).

Conforme comenta Carvalho (2022) Ao observar resultados gerados pelas empresas públicas do segmento de energia elétrica, percebe-se que historicamente no Brasil as companhias deste setor produzem e distribuem energia abaixo de suas capacidades. O motivo desse baixo desempenho é a dependência de diversos fatores associados a investimentos nesse seguimento. Essas companhias há algumas décadas eram em sua maioria empresas Estatais, porém a partir da década de 1990 o governo iniciou uma série de privatizações de diversas empresas inclusive as empresas no ramo de energia elétrica, com o objetivo de inserir as empresas no mercado financeiro a fim de promover a manutenção, expansão das companhias e mudar esse cenário de baixo desempenho.

Atualmente as motivações para tornar as empresas públicas em privadas, não diferem muito do passado. Hoje em dia, por meio da privatização o Estado busca potencializar a capacidade de geração de receita e diminuir os gastos públicos gerados pelas estatais. Deste modo possibilitando que o Governo utilize as receitas públicas nas áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública.

A Medida Provisória nº 1.031, de 23 de fevereiro de 2021 mostra que a Eletrobras não estava numa situação boa, segundo o texto da referida MP “É evidente, pois, que a situação econômico-financeira da Eletrobras restringe sua atuação na expansão da oferta de geração e transmissão de energia elétrica, diminuindo a sua capacidade de competir no mercado no qual é um agente relevante” (BRASIL, 2021)

Diante do exposto esta pesquisa tem como objeto de estudo as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS) que, em junho de 2022, deixou de ser uma empresa estatal e tornou-se uma empresa privada no último ano do mandato do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Diante da relevância da empresa para a sociedade brasileira e para a economia do Brasil, surge a seguinte questão de pesquisa: "**Qual o desempenho econômico-financeiro da Eletrobras de 2020 a 2023?**"

Considerando a proposta deste estudo, foi definido como objetivo geral: Compreender o processo de privatização da Eletrobras e analisar a situação Econômico-Financeira da empresa entre 2020 até o terceiro trimestre de 2023 através da aplicação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade. Para atingir o objetivo geral, foram propostos como objetivos específicos: Conhecer o Programa Nacional de Desestatização (PND); conhecer a Eletrobras, empresa que atua no setor de energia elétrica e compreender o processo de privatização da companhia; aplicar os indicadores de desempenho econômico-financeiro de liquidez, endividamento e rentabilidade e Analisar a situação econômico-financeira da empresa entre os períodos de 2020 a 2023.

A escolha do tema justifica-se por abordar um tema atual a qual trata sobre a Eletrobras que se tornou uma empresa privada. Além disso através dos veículos de comunicações houve muitos posicionamentos favoráveis e desfavoráveis acerca da privatização da empresa. Isso se deve ao fato de a companhia desempenhar grande influência na sociedade, pois atua numa área essencial que é o setor de energia elétrica ou para o fornecimento de energia aos diversos setores da economia brasileira.

Acrescenta-se que esta pesquisa se justifica por ser relevante tratar sobre como aconteceu a privatização da empresa. Inclusive o estudo proporcionará ao leitor conhecer a Eletrobras, sua área de atuação e quais os passos da desestatização da Companhia.

Vale mencionar que a privatização da empresa gerou oportunidade para que investidores possam comprar ações da companhia e este trabalho aborda assuntos relevantes que permitirão aos interessados em comprar ações saber como avaliar a situação financeira de uma empresa.

Ressalta-se que este trabalho contribuirá significativamente no meio acadêmico, em especial para as áreas de administração, contabilidade e economia, pois trata sobre um tema

necessário para gestão de empresas, que é a análise de demonstrações contábeis. A análise das demonstrações contábeis, por intermédio dos índices econômicos e financeiros auxiliam os gestores na tomada de decisão, através dela é possível conhecer a empresa economicamente e financeiramente.

Além do que esta pesquisa também contribuirá para o aumento de fontes bibliográficas no meio acadêmico, servindo como fonte de pesquisa para futuros trabalhos acadêmicos relacionados ao tema. Também servirá como fonte de pesquisa para trabalhos que precisarão fazer comparações entre períodos passados e períodos atuais relacionados à mesma empresa ou empresas do mesmo ramo, ou ainda trabalhos que abordarão sobre desestatização.

O presente estudo é classificado como pesquisa descritiva. As pesquisas descritivas têm o objetivo de conhecer as características de um determinado grupo, além de possibilitar descobrir se uma variável tem ligação com outras (GIL, 2002).

A técnica de pesquisa utilizada neste estudo é a pesquisa documental. Na pesquisa documental os dados são coletados de documento, escritos ou não, caracterizados como fontes primárias. (MARCONI E LAKATOS 2017).

Documentos são registros que servem como fonte de informação nas pesquisas que envolvem observações, leitura, reflexão e crítica. (PRODANOV E FREITAS, 2013).

A abordagem do problema utilizado neste trabalho é a quantitativa. A pesquisa quantitativa utiliza métodos estatísticos para possibilitar a realização de comparações, com o objetivo de obter explicações e generalizações para os problemas estudados (SAMPAIO, 2022)

Para embasamento teórico foi também realizada pesquisa bibliográfica, onde foram consultadas fontes secundárias. Pesquisa bibliográfica é aquela em que são coletados os dados de livros, monografias, artigos, teses, dissertações, internet e outras fontes. (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Os dados para realização da aplicação e análise dos índices econômico-financeiros estão presentes nas demonstrações contábeis da Eletrobras. Essas demonstrações financeiras foram obtidas no site institucional da empresa, na aba “Release de Resultados”, as demonstrações contábeis utilizadas foram os relatórios anuais de 2020 a 2021 e o relatório do terceiro trimestre de 2023.

As demonstrações contábeis da Eletrobras utilizadas para extrair as informações foram os Balanços Patrimoniais (BP) e Demonstrações do Resultados de Exercício (DRE).

Para possibilitar a análise econômico-financeira, entres os períodos propostos a serem analisados nesta pesquisa, os dados das contas do BP e da DRE foram tabulados em uma planilha no Excel e aplicados os cálculos de acordo com as equações indicadas pelos autores

mencionados no capítulo quatro que abordam sobre as análises de desempenho. Posteriormente foram criados gráficos para melhor compreensão do desempenho ao longo dos períodos analisados.

Por fim esta pesquisa está estruturada em seis capítulos, no primeiro capítulo é apresentada a introdução, contemplando informações sobre a Eletrobras, o PND, informações históricas sobre as estatais do setor de energia elétrica e informação sobre a medida provisória que resultou na privatização da Companhia.

O segundo capítulo trata do programa nacional de desestatização e algumas informações relevantes sobre o programa. O terceiro capítulo traz informações acerca da privatização da Eletrobras. O quarto capítulo trata da análise das demonstrações contábeis e indicadores de desempenho econômico e financeiro. No quinto capítulo são apresentados os resultados da aplicação dos indicadores de desempenho econômico-financeiro sobre os dados obtidos a partir do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.

E por último, no capítulo seis são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa.

2 PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (PND)

A base institucional do PND está prevista no art. 173 da Constituição Federal que diz: “ressalvados os casos previstos nesta constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei” (BRASIL, 1988). Por esse motivo, muitas estatais que exploravam atividades econômicas diretamente pelo Estado, foram privatizadas.

O PND foi criado pela Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, posteriormente a referida Lei foi alterada pela Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que alterou os procedimentos relativos ao PND e revogou a Lei 8.031/1990.

Conforme o artigo 1º da Lei nº 9.491/1997 os objetivos do PND são a reordenação de forma estratégica da posição do Estado, isso porque o Estado exerce algumas funções que devem ser exploradas pela iniciativa privada; ajudar a reestruturar a economia do setor público, principalmente por intermédio da redução da dívida pública; permitir que as empresas que passarem a ser privadas retomem investimentos; colaborar para que as empresas do setor privados tenham sua economia reestruturada, e ainda ajudar na modernização do setor industrial do Brasil; contribuir para que Administração Pública concentre seus esforços nas atividades que são de responsabilidade do Estado e por fim ajudar a fortalecer o mercado de capitais.(BRASIL, 1997)

Assim sendo, os objetivos do PND são retirar as atividades exploradas indevidamente pelo Estado através das empresas públicas, melhorar a economia do País, fomentar novos investimentos nas empresas transferidas para o setor privado, contribuir com a economia do setor privado. Além de permitir que o Estado trabalhe mais nas áreas essenciais para a sociedade e contribuir com o mercado financeiro.

Quanto ao objeto da desestatização, no artigo 2º a partir do Inciso III da referida lei trata que são as empresas, instituições financeiras; empresas que foram criadas pelo setor privado e que passaram em um dado momento a ser controladas de forma direta ou indiretamente pela União; serviços públicos que são objetos de concessão, permissão e autorização; instituições financeiras que forem públicas e que suas ações de seu capital social foram desapropriadas e bens moveis e imóveis que são de propriedade da União.(BRASIL,1997)

Dessa forma, o objeto da desestatização são as empresas que são controladas pela União, serviços públicos, instituições públicas e bens do Estado, conforme previstos na Lei.

2.1 Tipos de Desestatização

O BNDES (2016) disponibilizou em seu site alguns tipos de desestatização. Com base nas legislações aplicável a esse procedimento, os tipos são os seguintes:

a) Privatização que corresponde a venda de empresas estatais, com passagem do controle sobre os ativos à iniciativa privada em definitivo.

b) Concessão que é transferência do fornecimento do serviço público à iniciativa privada por prazo determinado. Nesta modalidade existem quatro tipos de concessões que são:

Concessão Comum: neste tipo de concessão a tarifa cobrada do usuário e as outras receitas de administração do serviço são suficientes para remunerar a concessionária pelo prestamento do serviço.

Parceria Público-Privada (PPP): ocorre quando não há tarifa ou esta, em conjunto com outras receitas de administração de serviço, é insuficiente para remunerar a prestação do serviço pelo concessionário, por isso existe o pagamento pelo ente público.

Concessão Administrativa: neste tipo de concessão não é cobrada tarifa, a remuneração do concessionário pela execução do serviço é realizada integralmente ou parcialmente pelo pagamento do ente público.

Concessão Patrocinada: neste tipo existe a cobrança de tarifa, que são cobradas em conjunto com outras receitas. O ente público também faz pagamentos nesta modalidade, devido a insuficiência do pagamento pela prestação do serviço do concessionário.

2.2 Etapas da Desestatização

As etapas do procedimento de desestatização são conduzidas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O Banco atua na estruturação de projetos com o objetivo de atrair a parceria privada, identifica oportunidades e conduz os processos desde a fase dos estudos e modelagem, até a assinatura do contrato de desestatização entre o governo e o parceiro privado. (BNDES, 2016)

O artigo nº 17 da Lei 9.491 de 9 de Setembro de 1997 informa que “O Fundo Nacional de Desestatização será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, designado Gestor do Fundo” (BRASIL,1997).

O artigo nº 18 da lei 9.491/97 mostra as competências do BNDES, que são: apoiar administrativamente e operacionalmente o Conselho Nacional de Desestatização; divulgar as desestatizações; formar equipes de trabalho para servir como apoio técnico à implementação da desestatização; contratar serviços necessários à realização da desestatização; comunicar-se com o sistema de valores mobiliários e bolsa de valores; fazer seleção e cadastramento de empresas que estão inseridas no meio de mercado de capitais; preparar as documentações da desestatização; e levar ao conhecimento do Presidente do Conselho informações relacionadas ao PND.(BRASIL,1997)

Além dos procedimentos mencionados acima que são realizados pelo BNDES, existem algumas etapas para se concretizar uma desestatização, as informações sobre essas etapas estão presentes no site do BNDES, e foram explicadas em quatro etapas:

A primeira etapa diz respeito ao planejamento, nela são realizadas as análises da capacidade fiscal do ente público, a análise do quadro jurídico regulatório e institucional do ente público, a estruturação dos mecanismos de garantia para o projeto, o levantamento da base de ativos do ente público e por fim, a priorização de projetos (BNDES, 2016).

A segunda etapa trata da estruturação do projeto, nessa etapa é realizada a seleção alternativa de estruturação mais adequada, são elaborados os editais de chamamento e termos de referência, além da seleção de parceria com estruturadores e acompanhamento dos estudos técnicos (BNDES, 2016).

A terceira etapa é relativo ao leilão, para isso é realizado um *road show* com potenciais investidores, participação em audiência pública, realização de consulta pública, resposta aos questionamentos dos órgãos de controle e finalmente a realização do leilão. (BNDES, 2016)

A última etapa refere-se à contratação, nessa etapa é realizada a assinatura do contrato entre o setor público e o parceiro privado vencedor do leilão (BNDES, 2016).

Vale lembrar que antes de chegar nas etapas acima mencionadas, primeiramente as empresas passam pelo processo da aprovação da desestatização, uma vez que existe toda uma movimentação política e jurídica que envolvem a criação de medidas provisórias, projetos de leis, bem como a votação e aprovação por parte das autoridades políticas, entre outras movimentações que diz respeito a desestatização da empresas públicas.

3 A ELETROBRAS E SEU PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO

3.2 A Eletrobras Enquanto Empresa Estatal

Em 1954 iniciaram os movimentos com o objetivo de criar a Eletrobras. Nesse ano foi proposta a criação da Estatal, para isso foram criados os projetos de lei do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUÉE), e do Plano Nacional de Eletrificação e da Eletrobras. (ELETROBRAS, 2022).

Esses projetos foram criados com a finalidade de sanar a crise que o Brasil enfrentava no abastecimento de energia elétrica. Mais tarde os projetos converteram-se na Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954, posteriormente em 25 de abril de 1961 foi sancionada a Lei nº 3.890-A,

que autorizou a criação da Eletrobras. A lei determinou que a Eletrobras deveria se concentrar em empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (ELETROBRAS, 2022).

No ano seguinte, em 11 de junho de 1962, a União finalmente criou a Eletrobras, uma empresa de âmbito nacional, responsável por conduzir estudos, desenvolver projetos de construção e operar usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao fornecimento de energia elétrica em todo o país. (ELETROBRAS, 2022)

Muita coisa mudou desde a criação da empresa. Conforme o Relatório de Avaliação nº 905531 emitido pela Controladoria Geral da União (CGU) em 21 de maio de 2022 a Eletrobras estava classificada como uma Sociedade Anônima de Economia Mista Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) e até então era a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2022)

O Relatório da Administração emitido no dia 31 de Dezembro de 2021 mostrou que naquele período a Estrutura societária da Eletrobras era composta pela *Holding* e por mais 6 controladas, sendo que em cinco delas possuía participação direta. As controladas são: Furnas Centrais S.A, (Furnas); Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf); Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A(Eletronorte); Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul; Eletrobras Termonuclear (Eletronuclear) e Eletrobras Participações S.A (Eletropar). A companhia também detinha 50% da participação da Itaipu Nacional, em nome do Governo Federal o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). (ELETROBRAS,2021)

A Eletrobras também possuía participação por meio de ações em 81 Sociedades de Propósito Específico (SPEs); também tinha participação acionária em duas geradoras de energia no exterior, e em mais 25 empresas coligadas. (ELETROBRAS,2021)

Conforme o Relatório Anual de 2021 emitido pela Eletrobras a União detinha 51% das ações da Estatal. (ELETROBRAS,2021)

Conforme o Relatório de Avaliação nº 905531 emitido pela Controladoria Geral da União (CGU) em 21 de maio de 2022 a Eletrobras estava classificada como uma das maiores geradoras hidrelétricas do mundo em capacidade instalada, e com presença nas bolsas de São Paulo, Madri e Nova York. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2022)

3.3 Justificativas Para a Privatização da Eletrobras

É necessário compreender os motivos pelos quais a Eletrobras foi privatizada, pois esse processo não acontece sem que antes sejam apresentadas justificativas que expressem a necessidade de passar a empresa pública para a iniciativa privada. Por isso foram apresentadas justificativas para que a privatização da Eletrobras se efetivasse.

A MP nº1.031 de 23 de Fevereiro de 2021 mostra em seu texto alguns argumentos que justificam a Desestatização. As justificativas são que por meio da privatização da Companhia buscou-se obter novos recursos para que a empresa possa expandir a oferta de energia, pois nos últimos anos a empresa tem ofertado energia de forma reduzida; a situação econômico-financeira da empresa não tem permitido a atuação de forma expansiva na oferta, geração e transmissão de energia elétrica, consequentemente diminuindo a competitividade no mercado de capitais. (BRASIL, 2021)

Adicionalmente outros motivos previstos no texto da MP são que ao privatizar a empresa a sociedade irá receber mais dividendos e tributos do que enquanto empresa pública, e o Estado poderá concentrar os gastos com áreas essenciais como educação, saúde e segurança. (BRASIL, 2021)

Diante das informações apresentadas nos parágrafos anteriores percebe-se que os principais motivos pelos quais a Eletrobras foi privatizada são a companhia não operava de formas expansiva, ou seja, como empresa estatal ela estava operando abaixo de seu potencial de geração e distribuição de energia, outro motivo é que a empresa poderá gerar mais recursos financeiros para a sociedade brasileira, ao competir no mercado de capitais e por fim, ao ser privatizada o Estado terá menos gastos com a Estatal, permitindo a concentração dos gastos onde sua presença é fundamental.

3.3 Caminhos da Desestatização

Neste tópico encontram-se em ordem cronológicas as votações e aprovações das legislações que resultaram na desestatização da Eletrobras.

- **Fevereiro de 2021**

O caminho da privatização começou oficialmente em 23 de fevereiro de 2021 quando foi editada a Medida Provisória MP 1.031 e entregue ao Congresso Nacional. A Edição da Medida Provisória permitiu que o BNDES começasse os estudos que estruturarão a capitalização da Eletrobras. (ELETROBRAS 2022)

Vale lembrar que a MP foi reconhecida como urgente e aprovada pelo do Congresso Nacional, conforme prevê o art. 62, §º 5º da Constituição Federal. (BNDES 2022)

- **Maio de 2021**

Em 19 de maio de 2021 a MP passou pela primeira apreciação e votação na Câmara dos Deputados que resultou na aprovação da referida MP. A partir da aprovação na câmara dos deputados a MP seguiu para ser apreciada no Senado Federal.

- **Junho de 2021**

Em de 17 de junho de 2021 a MP foi apreciada e aprovada no Senado Federal. Após a votação e aprovação no Senado Federal a MP seguiu novamente para ser apreciada na Câmara dos Deputados.

No dia 21 de junho de 2021 a MP foi novamente apreciada e aprovada pela Câmara dos Deputados, a partir dessa votação a MP foi enviada no dia 22 de junho para a presidência da república para que ela pudesse ser sancionada. (ELETROBRAS 2022).

- **Julho de 2021**

No dia 13 de julho de 2021 a MP foi sancionada e transformada na Lei nº 14.182/2021. (ELETROBRAS, 2022)

- **Outubro de 2021**

Em 19 de Outubro o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) aprovou a Resolução nº 203/2021 que trata do modelo de desestatização da Eletrobras realizada pelo BNDES após análises técnicas. (ELETROBRAS, 2022)

- **Junho de 2022**

Por fim, no dia 14 de junho de 2022, foi realizada a abertura oficial das negociações das novas ações na B3. Dessa forma, estava diluída a participação estatal na companhia, tornando-se uma corporação, sem controle de um sócio majoritário. (ELETROBRAS 2022)

Conforme acima demonstrado antes da privatização da Eletrobras acontecer, foram criadas uma série de legislações, onde umas foram aprovadas outras não, e quando finalmente a desestatização da empresa foi aprovada. Depois de aprovada a desestatização, o BNDES promoveu a contratação de estudos e serviços especializados para que a privatização fosse concretizada, este ficou encarregado de conduzir a desestatização nos moldes do PND.

3.4 A Eletrobras Após a Desestatização

Em 14 de junho de 2022, foi realizada a cerimônia na sede da Bolsa de Valores Brasileira B3, na cidade de São Paulo (SP), simbolizando uma nova fase para a Eletrobras. A capitalização

da companhia foi realizada com uma oferta pública de ações, movimentando R\$ 33,69 bilhões, oriundos de investidores de diferentes países. Além disso 370 mil brasileiros foram incluídos na composição dos acionistas da companhia, que utilizaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de ações. (ELETROBRAS, 2022)

A capitalização, originou a privatização da companhia, a participação da União na companhia em junho de 2022 era de 36,99%, deixando a assim, de ser acionista majoritária no controle da empresa. Dessa maneira a empresa é classificada como uma Corporação com estrutura societária e de gestão, onde não existe um único sócio como controlador. (ELETROBRAS, 2022)

Conforme o relatório da administração emitido no dia 31 de Dezembro de 2022, a estrutura societária da Eletrobras após a privatização é composta pela *Holding* e mais quatro controladas, que são: Furnas Centrais S.A, (Furnas); Companhia hidroelétrica do São Francisco (Chesf); Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A(Eletronorte); Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul. A companhia possui hoje, participação acionária em 74 Sociedades de Propósito Específico (SPES) dessas 74 SPES, 57 são de geração de Energia e 16 são de transmissão de Energia, e 1 geradora de energia no Exterior. A empresa também possui participação acionária em 22 coligadas, entre as empresas coligas, está a Eletropar.

Conforme o relatório citado acima a participação acionária da união na Eletrobras é de 29,2 %

O relatório Anual Eletrobras 2022 emitido pela Eletrobras menciona que:

Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBPar.

Com a desestatização da Eletrobras, alguns empreendimentos e projetos governamentais passarão a ser operados pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar). Vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), ela foi ativada em 4 de janeiro de 2022. A nova estatal assumirá, gradativamente, atividades que não podem ser privatizadas, como aquelas desenvolvidas pela Itaipu Binacional e pelas usinas da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, além de iniciativas como os programas Luz para Todos, Mais Luz para a Amazônia, contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e ações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). (ELETROBRAS, 2022)

Portanto algumas atividades não podem ser privatizadas e por esse motivo essas atividades que foram assumidas pela nova estatal ENBPar.

4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são importantes para conhecer a posição financeira e patrimonial de uma empresa, através destas é possível saber a composição do patrimônio da empresa e aplicando os índices econômico-financeiros, é possível saber acerca da saúde financeira da empresa.

Conforme os Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 26:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a muitos usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram

confiados. Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- (a) ativos;
- (b) passivos;
- (c) patrimônio líquido;
- (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- (e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e
- (f) fluxos de caixa. (CPC 26 (R1, 2011, p.6).

Cabe observar que a Eletrobras é uma empresa que controla outros negócios, ou seja, ele é uma controladora.

Conforme o CPC 15:

Combinação de negócios é uma operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. Neste Pronunciamento, o termo abrange também as fusões que se dão entre partes independentes (inclusive as conhecidas por true mergers ou merger of equals). (Apêndice a, CPC 15, p 25)

Portanto nota-se que Eletrobras é uma empresa que possui combinação de negócios, e para estes casos se faz necessário que as demonstrações contábeis sejam divulgadas de forma separada e consolidada. Conforme o apêndice A do CPC 36 (R3) “Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.” Desta forma faz-se necessário que a controlada divulgue as demonstrações contábeis consolidadas para que os interessados nas demonstrações financeiras da empresa possam analisar as situações financeiras e patrimoniais.

Conforme o CPC 36 (R3) (item 19) “A controladora deve elaborar demonstrações consolidadas utilizando políticas contábeis uniformes para transações similares e outros eventos em circunstâncias similares.”

Conforme menciona Matarazzo (2010), através da análise das demonstrações contábeis os interessados nas informações financeiras de uma empresa podem avaliar o patrimônio e tomar decisões mediante os resultados obtidos após as avaliações, esta prática é uma ferramenta importante a disposição de diferentes usuários das informações contábeis.

Matarazzo (2010) ainda comenta que através das análises das demonstrações contábeis o profissional da contabilidade transforma os dados em informações, permitindo saber se a entidade conseguirá crédito, ou está sendo bem gerenciada, permite ainda conhecer se a empresa conseguirá cumprir com suas obrigações, se está sendo ou não lucrativa.

Segundo Ludícibus (2008, p.5)

Consideramos que a análise de balanços é uma arte, pois, embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso. Ou, melhor dizendo, cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeiras ou até completamente diferenciadas.

4.1 Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiros

Os índices de desempenho econômico-financeiros são ferramentas importantes para analisar a situação financeira de uma empresa, através de diferentes tipos de índices há possibilidade de conhecer a rentabilidade, e o quão endividada está a empresa e qual sua liquidez. A análise de balanço possui dois grupos a serem analisados, o grupo econômico que está ligado a lucro e patrimônio líquido e o grupo financeiro que se refere a dinheiro (MATARAZZO,2010).

A análise de liquidez possibilita conhecer a capacidade da empresa de arcar com suas obrigações por intermédio dos índices de curto prazo e indicadores financeiros para uma análise mais abrangente. Quanto maior se mostrar o índice, melhor está a empresa financeiramente. Já a análise econômica avalia economicamente a empresa por intermédio dos índices de lucratividade e rentabilidade por exemplo. Adicionalmente é possível analisar também a empresa por intermédio da aplicação dos índices de endividamento, que consiste em analisar a composição dos grupos que são do Passivo e Patrimônio Líquido (MADEIRA 2009)

Matarazzo (2010) comenta que existem três tipos básicos de avaliação dos índices a saber:

- a) Pelo significado intrínseco: através da avaliação intrínseca de um índice é possível tentar identificar a situação financeira de uma empresa ao identificar o índice e verificar se está abaixo ou acima do ideal para uma empresa operar.
- b) Pela comparação ao longo de vários exercícios: ao comparar os valores dos índices de vários anos anteriores é possível identificar a tendência do desempenho da empresa.
- c) Pela comparação com índices de outras empresas-índice-padrão: permite avaliar um índice através da comparação com padrões, ou seja, comparar empresas do mesmo ramo para qualificar o resultado como ótimo, bom, satisfatório, razoável ou deficiente.

4.1.1 Indicadores de Liquidez

Os índices de liquidez são instrumentos que auxiliam na avaliação econômico-financeira da empresa. Através dos índices de liquidez é possível avaliar se uma empresa tem capacidade

de pagar suas dívidas. Esses índices são usados para medir a capacidade de pagamento no curto, no médio e no longo prazo (MARION, 2017).

Martins, Diniz e Miranda (2012) afirmam que os índices de liquidez permitem avaliar se a empresa consegue cumprir com suas obrigações junto com os seus fornecedores, seja financeiro, humanos, materiais entre outros. Essas análises consideram vários períodos, seja curto, médio ou longo.

- **Liquidez Geral (LG):**
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Este índice mede a capacidade da empresa que a tem de cumprir suas obrigações no longo prazo. Ao relacionar tudo que a empresa converterá em dinheiro a curto e longo prazo com as dívidas a curto e longo prazo obtém-se o índice de liquidez geral. O indicador de liquidez geral pode ser afetado, quando se analisa períodos longos, devido as datas de recebimento dos ativos, porém ao analisar vários períodos, o índice de liquidez geral se mostrará eficaz, e para uma boa análise do índice de liquidez geral, se faz necessário analisá-lo em conjunto com outros índices. (MARION, 2017)

- **Liquidez Corrente (LC):**
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O índice de liquidez corrente avalia a capacidade da empresa saldar as dívidas a curto prazo. Conforme destaca Marion (2017), o índice de liquidez corrente não revela a qualidade dos itens dos ativos circulantes, destacando a conta estoque, além disso esse índice não permite identificar se os recebimentos ocorrerão a tempo para saldar as dívidas, e ainda fala que os estoques podem estar avaliados em valores abaixo do valor de mercado.

- **Liquidez Seca (LS):**
$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ludícibus (2008) afirma que para avaliar a liquidez seca da empresa é necessário subtrair o estoque do ativo circulante e dividir pelo passivo circulante, fazendo dessa forma são eliminadas algumas situações que podem influenciar a análise do índice. O referido autor ainda afirma que este índice assim como o índice de liquidez geral tem o problema da influência dos prazos do ativo circulante e do passivo circulante.

4.1.2 Indicadores de Endividamento

Através dos índices de endividamento sabe-se o grau de endividamento da empresa, esses indicadores evidenciam a porcentagem de utilização de recursos de terceiros em relação a utilização de recursos próprios. É importante destacar que existem dívidas oriundas da

complementação dos capitais próprios usadas para aumentar o ativo e outras dívidas que são feitas para sanar outras dívidas que estão próximas de vencer. O primeiro endividamento é favorável já o segundo é ruim e pode ocasionar na falência de uma empresa. (MARION, 2017)

Sobre o quociente de endividamento Ludícibus (2008, p. 94) menciona que “Estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa de recursos próprios com relação aos recursos de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”.

Para Matarazzo (2010) os índices de endividamento medem a relação entre capitais de terceiros e capital próprio, permitindo conhecer a porcentagem de recursos de terceiros em relação a capitais próprios. São quatro os índices: participação de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes.

Palma e Gomes (2017) afirmam que através dos indicadores de endividamento é evidenciado o percentual de endividamento, além disso, através das informações obtidas através da aplicação deste índice, identifica-se de onde vem os recursos da empresa, seja capitais de terceiros ou próprios.

- **Participação de Capitais de Terceiro (PCT):** $\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

Este indicador permite saber a porcentagem do endividamento em relação aos fundos totais (LUDÍCIBUS, 2008)

Segundo Soares (2006, p. 59) a participação de capitais de terceiros “demonstra o quanto a empresa investiu de capitais de terceiros, considerando curto e longo prazo, em relação ao capital próprio”

Para Matarazzo (2017) este indicador analisa o quanto a empresa utilizou de recursos de terceiros para cada \$ 100,00 de capital próprio.

- **Composição do Endividamento (CE):** $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$

Através da aplicação deste indicador obtém-se o percentual de dívidas do curto prazo em relação às dívidas totais de uma empresa. O cálculo desse índice é realizado dividindo o Passivo Circulante pela soma do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (SOARES, 2006)

- **Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL):** $\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

Soares (2006, p.84) comenta que este índice “Indica quanto a empresa aplicou de capital próprio no seu Ativo Permanente. Representa a relação do Ativo Permanente sobre o Patrimônio

Líquido (Capital Próprio). Quanto menor o grau de imobilização do patrimônio líquido, mais disponíveis estão os recursos provenientes do capital próprio”

- **Imobilização dos recursos não correntes (IRNR):** $\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$

Este indicador revela a relação entre o ativo circulante e o patrimônio líquido mais exigível a longo prazo. Matarazzo (2010) revela que este indicador identifica o percentual dos recursos não recorrentes aplicadas ao ativo não circulante, e quanto maior o percentual, melhor será para empresa.

4.1.3 Indicadores de Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade permitem conhecer a real situação da empresa, pois para se conhecer o lucro de uma empresa não basta olhar para o lucro líquido que a empresa está gerando, mas se deve relacionar o lucro com valores que de fato mostre a dimensão da empresa, para que seja possível avaliar o desempenho da organização no período que se queira avaliar. (LUDÍCIBUS, 2006)

Soares (2006, p.61) fala que:

Há várias maneiras de se medir a lucratividade, e todas relacionam os retornos dos investimentos da empresa às suas vendas, aos ativos e ao seu patrimônio líquido. Permitem avaliar os lucros da empresa, em relação às vendas, aos ativos e investimentos. A lucratividade de qualquer empresa é objeto de análises profundas, pois, para ela se posicionar e sobreviver, ela tem que necessariamente ser lucrativa

Para Pereira (2006), os indicadores de rentabilidade, podem ser utilizados de várias maneiras, esse indicador tem a capacidade de mensurar o retorno obtidos através das transações financeiras, além disso, através desse indicador é possível saber a eficiência na gestão de caixa, medindo a rentabilidade de aplicações financeiras de curto prazo e investimentos de longo prazo.

Segundo Alberton (2013) os índices de rentabilidade auxiliam na medição da capacidade econômica da empresa, através deles, obtém-se o grau o retorno do capital investido pela empresa, ou seja, a rentabilidade dos capitais investidos. Para calcular estes índices, utiliza-se as informações do balanço patrimonial e as informações das demonstrações do resultado do exercício.

- **Giro do Ativo (GA):** $\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$

Conforme Bezerra (2018) Este índice mostra a eficiência dos investimentos dos recursos de uma empresa, apresenta a porcentagem das receitas que foram geradas a partir dos investimentos realizado pela empresa.

Carvalho (2023, p. 52) comenta que “A relação das variáveis Vendas Líquidas sobre Ativo Total demonstra o volume de Vendas Líquidas em relação ao Ativo Total. Esse indicador é denominado Giro do Ativo”

- **Margem Líquida (ML):** $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$

Este indicador relaciona as variáveis lucro líquido e vendas líquidas, demonstrando em porcentagem quanto uma empresa lucrou em relação as vendas líquidas. (CARVALHO (2023).

- **Rentabilidade do Ativo (ROE):** $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$

A rentabilidade do ativo mostra a lucratividade da empresa em relação ao Ativo. Este índice indica a habilidade da empresa de gerar lucros. Este índice não indica exatamente a rentabilidade do capital, mas sim uma medida da capacidade de geração de lucro líquido, que pode ser usado com uma medida de desempenho para efeito de comparação entre períodos. (MATARAZZO, 2010)

- **Rentabilidade do Patrimonio Líquido (ROA):** $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{patrimonio Líquido}} \times 100$

O retorno sobre Patrimonio líquido mostra o poder de ganho dos proprietários, ou seja, mostra o percentual do ganho da empresa em relação ao que foi investido (MARION, 2017).

Para Ludícibus (2008, p.108) “A importância do Quociente de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (QRPL) reside em expressar os resultados globais auferidos pela Gerência na gestão de recursos próprios, em benefícios dos acionistas.”

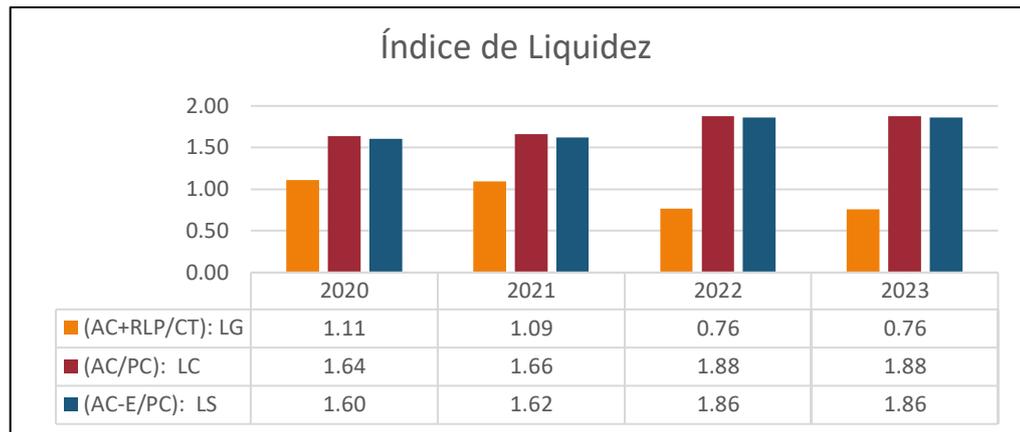
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico foram apresentados os dados obtidos através da aplicação dos índices de liquidez, índice de endividamento e índice de rentabilidade e feita a análise de acordo com a o que diz a literatura acerca da análise econômico-financeira.

5.1 Análise dos Índices de Liquidez

A análise dos índices de liquidez realizada neste estudo foi feita a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos indicadores de: liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral.

Gráfico 1 - Comparação dos índices de Liquidez



Fonte: Elaborado pela autora

O índice de Liquidez Geral indica a capacidade da empresa pagar as dívidas de curto e longo prazo com recursos do curto prazo e longo prazo.

Ao verificar o gráfico 1 nota-se que o índice de Liquidez Geral em 2020 foi igual a 1,11, em 2021 o índice caiu para 1,09. Este índice apresentou uma queda igualmente em 2022 e 2023 apresentando um resultado igual a 0,76.

Nos primeiros períodos o índice se mostrou satisfatório pois a Eletrobras conseguia pagar 100% das suas dívidas de curto e longo prazo e ainda sobrava recursos, porém com o decréscimo do resultado da liquidez geral em 2022 e 2023, a Eletrobras conseguia pagar apenas somente 76% das obrigações de curto e longo prazo.

O decréscimo desse indicador no período 2022 a 2023 é explicado pelo aumento dos capitais de terceiros e em contrapartida o ativo circulante + ativo realizável a longo prazo não acompanharam esse crescimento.

O índice de Liquidez Corrente mede a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto prazo, ou seja, as dívidas que vencem em um ano ou menos.

A empresa apresentou uma boa capacidade de saldar suas dívidas no curto prazo, visto que os resultados apresentados para este indicador foi 1,64 em 2020, 1,66 em 2021, 1,88 em 2022 e 1,88 em 2023 como mostra o gráfico 1.

Desse modo nota-se que a Eletrobras apresentou uma boa capacidade de saldar suas dívidas de curto prazo. Destaca-se que em 2022 e 2023 o indicador apresentou um breve crescimento, indicando que a empresa conseguia pagar quase o dobro das dívidas de curto prazo. O motivo para esse crescimento está no aumento do ativo circulante da Eletrobras em 2022 e 2023, principalmente das contas de caixa e equivalente de caixa, e por outro lado houve aumentos significativos no passivo circulante nesses mesmos períodos.

A Liquidez Seca indica quanto a empresa possui de ativo líquido para cada R\$ 1,00 de passivo circulante.

Ao observar o gráfico 1 nota-se que a Liquidez Seca da empresa é satisfatória. O resultado apresentado por esse indicador em 2020 foi igual a 1,60, em 2021 foi 1,62, em 2022 1,86 e 2023 1,86. Diante dos resultados apresentados verifica-se que a Eletrobras conseguia pagar 100% das obrigações de curto prazo nos quatros períodos e ainda sobra recursos. Vale destacar que não houve grandes variações de um período a outro, a não ser um leve aumento desse indicador nos últimos dois anos, indicando uma melhora nesse indicador.

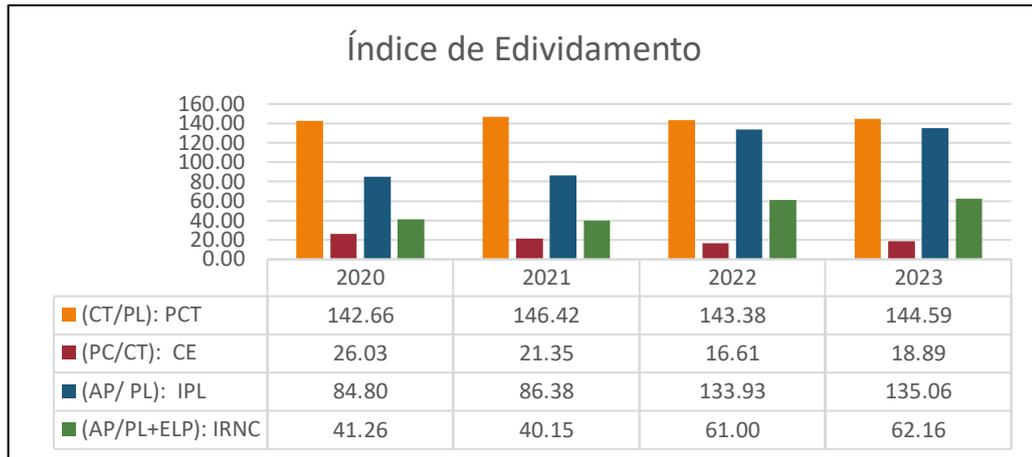
Com base nos resultados apresentados, é possível concluir que a Liquidez Corrente e Liquidez Seca da Eletrobras apresentaram ótimos resultados e indicaram melhora de 2022 a 2023, ano da privatização da Eletrobras. Já a Liquidez Geral decresceu nos últimos dois períodos, que compreende o resultado de 31 de dezembro de 2022 até a data do último relatório intermediário correspondente ao terceiro trimestre de 2023.

Diante dos resultados obtidos através da aplicação dos índices de liquidez, foi possível saber a capacidade da Eletrobras de pagar as suas dívidas de curto e longo prazo. Portanto os resultados obtidos são compatíveis com o que foi mencionado por Marion (2017) que os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento no curto e no longo prazo.

5.2 Análise dos Índices de Endividamento

Os Indicadores de Endividamento ou Estrutura de Capital mostram o nível de endividamento e a composição do endividamento da empresa. Os indicadores de Endividamento usados para a fazer a análise foram a participação de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Comparação dos Índices de Endividamento



Fonte: Elaborado pela autora

A Participação de Capitais de Terceiros mostra o percentual de recursos de terceiros em relação aos recursos próprios da empresa.

Observou-se através do gráfico 2 que a Participação de Capitais de Terceiros em 2020 foi igual 142,66%, em 2021 foi 146,42 %, 143,38% em 2022 e 144,59% em 2023. Nota-se que não houve grandes variações de um período a outro, porém destaca-se que o menor percentual desse índice foi no ano de 2020, nesse período para cada R\$ 100,00 de capital próprio a empresa tomou R\$142,26 de capitais de terceiros.

Verifica-se que o maior resultado apresentado pelo indicador dentre os quatros períodos foi em 2021, apresentando um resultado igual a 146,416. O ano de 2022 apresentou uma queda em relação ao ano de 2021 e em 2023 houve novamente um leve crescimento comparado a 2022.

A Composição do Endividamento mostra a porcentagem de dívidas do curto prazo em relação as obrigações totais.

Conforme mostra o gráfico 2, o resultado desse índice em 2020, 2021, 2022 e 2023 foi igual a 26,03 21,35 16,61 e 18,89 respectivamente, esses resultados mostram uma melhora desse indicador os longos dos quatros períodos. Observa-se que o resultado apresentado em 2023 foi maior que o resultado apresentado em 2022, porém ao comparar com os resultados apresentados de 2020 e 2023 verifica-se que a situação da empresa melhorou já que neste último período apenas 18,89% das dívidas vencíveis estão no curto prazo.

O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido indica quanto a empresa aplicou no ativo permanente para cada R\$ 100,00 do Patrimonio Líquido.

Ao observar o gráfico 2 percebe-se que houve um aumento na Imobilização do Patrimônio Líquido, isso porque no ano de 2020 e 2021 os resultados foram 84,80 e 86,38

respectivamente, e em 2022 e 2023 o resultado apresentado pelo índice foi 133,93 e 135,06, ou seja, um aumento de quase 40% em relação aos períodos anteriores.

Esse aumento significativo desse indicador é explicado devido ao aumento no intangível em 2022 e 2023. Portanto nos dois últimos períodos a imobilização do patrimônio líquido da empresa se mostrou desfavorável visto que o ideal é que quanto menor for esse indicador melhor será para a empresa.

A Imobilização dos Recursos não Correntes representa o capital investido em recursos permanentes. Conforme o gráfico 2 os resultados obtidos foram iguais a 41,26 em 2020, 40,15 em 2021, 61,00 em 2022 e 61,16 em 2023, esses resultados mostram que houve crescimento nesse indicador, portanto nos últimos dois anos os resultados não foram satisfatórios para a companhia devido ao aumento desse índice em relação aos períodos passados.

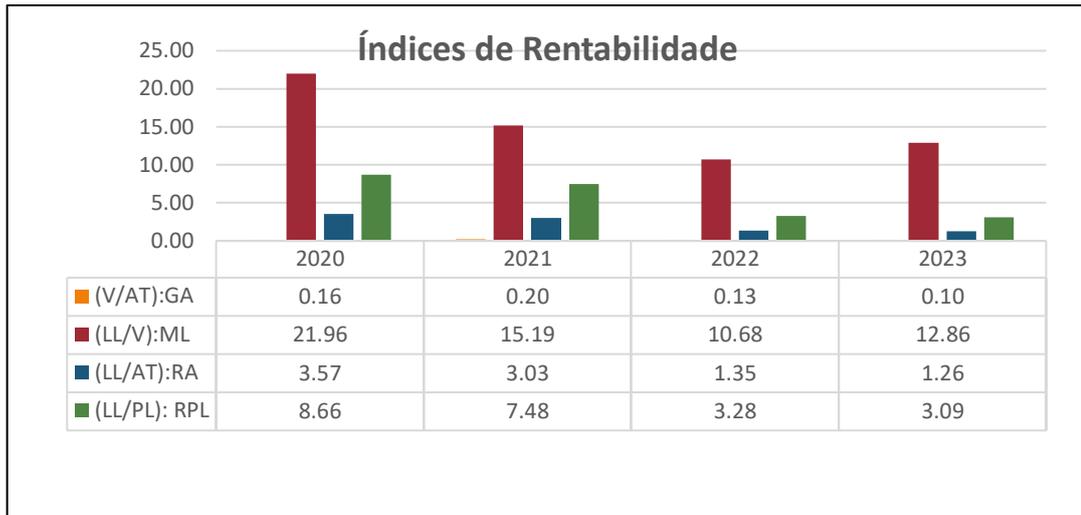
Diante dos dados apresentados nota-se que houve um crescimento no endividamento da empresa nos últimos dois anos. O único índice de endividamento que decresceu foi o índice de composição do endividamento, porém este apresentou um leve crescimento em 2023 em comparação ao ano de 2022, ou seja, ao verificar aos quatros períodos nota-se que esse índice decresceu, mas nota-se que houve um crescimento em 2023 comparado a 2022.

Ao aplicar os índices de endividamento evidenciou-se o grau de endividamento da Eletrobras e foi possível saber quanto a Companhia utilizou de recursos de terceiros em comparação com o capital próprio. Confirmando o que disse Matarazzo (2010) que os índices de endividamento permitem conhecer a porcentagem de recursos de terceiros em relação a capitais próprios.

5.3 Análise dos Índices de Rentabilidade

Através dos Índices de Rentabilidade é possível saber como está a lucratividade da empresa. Ao aplicar este indicador é possível saber se uma empresa está sendo lucrativa ou deficitária. Além disso através das análises dos índices de vários períodos consegue-se observar como a empresa tem se comportado nesse quesito. Por esse motivo optou-se por aplicar os índices de rentabilidade mais utilizados e comentados pela literatura a respeito do assunto. Os índices são: Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo (ROA) e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE).

Gráfico 3 - Comparação dos índices de Rentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora

O Giro do Ativo representa quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total, o ideal é que quanto maior o giro do ativo melhor para a empresa.

Ao observar o gráfico 3 percebe-se que o Giro do Ativo da empresa em 2020 foi 0,16 em 2021 igual a 0,20, em 2022 igual a 0,13 e 2023 igual a 0,10.

Esses resultados permitem dizer que a Eletrobras apresentou uma variação desse índice ao longo dos quatro períodos, mas sem grandes diferenças entre eles. Portanto em 2023 para cada R\$ 1,00 de investimento total a empresa obteve um ganho de R\$ 0,10, esse período apresentou o pior resultado.

A Margem Líquida revela quanto a empresa obteve de lucro em relação as vendas.

Ao analisar o gráfico 3, nota-se que desde 2020 o resultado desse índice decresceu. Em 2020 o índice 21,96, em 2021 caiu para 15,19, caiu mais ainda para 10,68 em 2022 e em 2023 apresentou um leve crescimento para 12,86. Diante disso o melhor resultado desse índice foi em 2020 e o pior resultado foi em 2022, vale observar que em 2023 o índice cresceu em comparação com o resultado apresentado em 2022. Sendo assim para cada R\$ 100,00 vendidos a empresa obteve um lucro de R\$12,86 em 2023.

Diante dos dados apresentados acima, é evidente que houve um declínio da Margem Líquida da Eletrobras. Apesar de a empresa apresentar um leve crescimento do indicador em 2023, esse aumento é pequeno se comparado ao resultado obtido em 2020.

A Rentabilidade do Ativo revela quanto a empresa obteve de lucro em relação ao investimento total.

Percebe-se através dos resultados apresentados no gráfico 3 que houve um decréscimo significativo deste indicador de 2020 a 2023. Essa queda foi acentuada em 2022 e 2023 com

índice igual a 1,35 e 1,26 respectivamente, chegando a uma redução de quase a metade do resultado apresentado em 2020 que foi igual a 3,57. O maior resultado do indicador foi em 2020 e o menor resultado foi em 2023. Deste modo em 2023 a Eletrobras obteve R\$ 1,26 de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total.

A Rentabilidade do Patrimonio Líquido revela o quanto a empresa obteve de lucro em relação ao capital próprio investido.

Ao observar o gráfico 3, percebe-se que os resultados desse índice decresceram pois em 2020 o resultado foi igual a 8,86, caindo para 7,48 em 2021, 3,28 em 2022 e 3,09 em 2023. Logo nota-se que em 2023 para cada R\$ 100,00 de capital investido a Eletrobras obteve R\$ 3,09 de Lucro. Portanto percebe que nos últimos períodos a empresa apresentou um resultado insatisfatório em comparação os resultados apresentados em 2020 e 2021.

Após aplicar os indicadores de rentabilidade foram obtidos resultados que evidenciaram a rentabilidade da Eletrobras nos quatros períodos analisados. Deste modo os resultados obtidos são compatíveis são compatíveis com a afirmação de Pereira (2006) que mostrou que os indicadores de rentabilidade, tem a capacidade de medir o retorno obtidos através das transações financeiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se o trabalho de pesquisa constatou-se que muito se falava sobre a desestatização da ELETROBRAS e quais os beneficios ou maleficios que essa privatização traria para a economia do Brasil. Além disso surgiram notícias na mídia sobre a queda no preço

das ações da companhia. Por esse motivo buscou-se estudar sobre o desempenho econômico-financeiro da companhia dos anos anteriores e posteriores a desestatização.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa Eletrobras nos períodos entre 2020 e 2023. A análise das demonstrações contábeis é uma importante ferramenta que possibilita saber a situação econômica e financeira da empresa.

Para saber como a empresa se comportou econômica e financeiramente após a desestatização buscou-se fazer uma comparação dos resultados dos períodos entre 2020 e 2023 obtidos através da aplicação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade.

Notou-se que a Eletrobras era uma empresa lucrativa e que a privatização aconteceu devido uma política de governo para maximizar e potencializar a expansão de geração, comercialização e distribuição de energia e conseqüentemente gerar receita para os cofres públicos. Além disso buscou-se diminuir os gastos gerados pela estatal.

Através da pesquisa foi possível saber como aconteceu a privatização da Eletrobras, e ainda conhecer o PND, um programa utilizado pelo Governo que possibilita reduzir a dívida pública, reduzir os gastos do governo, estruturar a economia do País, permitir que o Estado concentre seus esforços nas áreas fundamentais, entre outros.

Verificou-se através das aplicações dos índices de liquidez que a empresa melhorou a Liquidez nos dois últimos períodos, e como já mencionado a privatização ocorreu em junho de 2022, então nota-se que a Liquidez Corrente e a Liquidez Seca melhoraram em 2022 e 2023, período que recebeu influências da privatização.

Portanto nesses dois últimos períodos a empresa conseguia pagar suas dívidas de curto prazo utilizando o ativo circulante (Liquidez Corrente), e as dívidas de curto prazo utilizando os ativos líquidos da empresa (Liquidez Seca) e ainda sobrava recurso de quase 88% do total das dívidas.

Quanto a liquidez Geral os dois últimos períodos apresentaram decréscimo em comparação com os resultados de 2020 e 2021. A explicação está no aumento do capital de terceiros da companhia em 2022 e 2023 enquanto o ativo circulante e o realizável a longo prazo não apresentaram aumento.

Vale observar que os resultados apresentados em 2022 e 2023 são parecidos corroborando com a percepção de que a privatização influenciou nesses resultados, já que foram os dois períodos em que a empresa já estava privatizada.

Constatou-se que o endividamento da empresa apresentou algumas variações em alguns indicadores. A Participação de Capitais de Terceiros apresentou variações nos quatro períodos, mas essa variação é considerada pequena.

A Composição do Endividamento melhorou em 2022 e 2023. A Imobilização do Patrimônio Líquido cresceu nos dois últimos períodos se mostrando quase 40% maior que o resultado apresentado em 2020 e 2021.

Quanto a Imobilização dos Recursos Correntes, este também apresentou crescimento nos dois últimos períodos em comparação com os dois primeiros períodos. Portanto o único índice de endividamento que melhorou foi o Índice Composição do Endividamento.

Verificou-se também que dos indicadores de rentabilidade analisados, todos apresentaram decréscimo. O giro do ativo apresentou o menor resultado em 2023. A Margem Líquida apresentou menor resultado em 2022, e em 2023 apresentou uma leve melhora.

A Rentabilidade do Ativo decresceu em 2022 e 2023, apresentando uma redução de quase a metade do resultado dos períodos anteriores. Já a Rentabilidade do Patrimônio Líquido caiu para menos da metade do resultado o apresentado em 2020 e 2023.

Diante das informações apresentadas acima é possível concluir que depois da privatização a Liquidez da Eletrobras melhorou em parte, pois dos três índices apresentados a Liquidez Geral decresceu.

Quanto ao endividamento percebe-se que a Eletrobras ficou mais endividada após a privatização. E a lucratividade da empresa também se mostrou menor.

Diante das informações apresentadas neste estudo conclui-se que a questão da pesquisa foi respondida e o objetivo geral e objetivos específicos foram alcançados.

Vale ressaltar que até a data do último relatório financeiro utilizado nesta pesquisa, a Eletrobras estava privatizada há um ano e três meses, portanto, muita coisa ainda pode mudar nos próximos anos.

Cabe observar que a pesquisa encontrou uma certa limitação tendo em vista que a empresa foi privatizada em meados do exercício de 2022, ou seja, em junho do referido ano, não sendo possível realizar uma análise da liquidez, endividamento e rentabilidade da empresa por meio de um relatório de um exercício completo após a privatização. O que pode ser objeto de interesse de estudos posteriores relacionados a Eletrobras.

Desse modo o relatório financeiro de 2022 contemplou influências de antes e pós privatização, já o relatório financeiro de 2023 diz respeito a uma demonstração intermediária que contempla as informações de janeiro a setembro de 2023. Apesar de o exercício de 2023

não ter findado, a empresa já estava privatizada a um ano e três meses até a data do último relatório utilizado na pesquisa.

Recomenda-se que futuramente sejam realizadas pesquisas com relatórios financeiros de exercícios completos dos próximos anos após a privatização, para que sejam analisados os resultados econômico-financeiros e seja possível comparar os resultados de anos anteriores e anos posteriores à privatização da Eletrobras.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Luis. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Florianópolis: UFSC, 2013. 128 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194955>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (Brasil). **PPP, concessão e privatização: quais as diferenças?**.2016. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/tipos_desestatizacao. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO(Brasil). **As etapas do processo de desestatização Infográfico** .2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/infografico-etapas-desestatizacao>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO(Brasil). **Histórico**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO(Brasil). **Projeto de Desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/projeto-de-desestatizacao-eletobras>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BEZERRA, Elenildo Santos. **Efeito de indicadores financeiros, macroeconômicos e de governança corporativa na previsão de insolvência em empresas da B3**. 2018. 67 f. Dissertação - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30003>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 27 nov. 2023.
- BRASIL. Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997. altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 set. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm>. Acesso em: 27 Nov. 2023.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 1.031, de 23 de fevereiro de 2021**. Brasília, [2021]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8929375&disposition=inline>. Acesso em: 28 Nov. 2023.
- CARVALHO, Esdras dos Santos. **Um estudo comparativo entre indicadores econômico-financeiros, baseados na contabilidade regulatória e nas normas contábeis internacionais das empresas de distribuição de energia do setor elétrico brasileiro**. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco.112p.Recife.2013.Disponivelem:<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11069>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- CARVALHO, Marco Antonio Moro. **SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: uma análise neo-institucionalista**. 2022. 73 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.pucminas.br/iceg/CienciasEconomicas/Documents/TCC%20Destaque%20Marco%20Moro%202022.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.CPC 15 (R1): **Combinação de Negócios**. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <https://s3.sa-east->

1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235_CPC_15_R1_rev%2022.pdf.
Acesso em: 22. dez. 2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.CPC 26 (R1): **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília: CPC, 2011.Disponível em:

<https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>.
Acesso em: 16 nov. 2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.CPC 36 (R3): **Demonstrações Consolidadas**. Brasília: CPC, 2012. Disponível em: [https://s3.sa-east-](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf)

[1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf). Acesso em: 22. dez. 2023.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO(Brasil). **Relatório de Avaliação**.2022. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1376393>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ELETROBRAS (Rio de Janeiro). **Informe aos investidores 4T2021**. 2021. Disponível em [https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/abb77a17-3348-4bc7-849a-](https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/abb77a17-3348-4bc7-849a-154998e06ca3/c9b06f39-14bd-51a1-a5ce-8e0835cb8d87?origin=1)

[154998e06ca3/c9b06f39-14bd-51a1-a5ce-8e0835cb8d87?origin=1](https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/abb77a17-3348-4bc7-849a-154998e06ca3/c9b06f39-14bd-51a1-a5ce-8e0835cb8d87?origin=1). Acesso em: 17 nov. 2023.

ELETROBRAS (Rio de Janeiro). **Relatório Anual**. 2021. Disponível em:

https://eletrobras.com/pt/Documents/Eletrobras_RA_2021.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

ELETROBRAS (Rio de Janeiro). **Relatório Anual**. 2022. Disponível em:

<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Relatorio-Anual.aspx>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ELETROBRAS (Rio de Janeiro). **Relatório de administração e demonstrações financeiras 2021**. 2021. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/abb77a17-3348-4bc7-849a-154998e06ca3/22eae0f7-c255-3281-8454-15a2d8648ddc?origin=1>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ELETROBRAS (Rio de Janeiro). **Relatório de administração e demonstrações financeiras 2022**. 2022. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/abb77a17-3348-4bc7-849a-154998e06ca3/97b5a12f-8746-f9de-7d36-2c29c456ae2b?origin=1>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ELETROBRAS. **Eletrobras 60 anos**. Disponível em:

<https://heyzine.com/flipbook/dab8f7b013.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

LUDÍCUBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 254 p.

MADEIRA, Douglas Kanawa. **Análises das demonstrações contábeis**. 1. ed. Manaus: Uninorte, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 291 p.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012. 353 p.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

PALMA, Luana; GOMES, Rafael. **A importância da análise das demonstrações contábeis em uma empresa no ramo de informática situada na cidade de santa helena/pr. Ciências Contábeis**. P. 14. Disponível em:

https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20171025-201911_arquivo.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

- PEREIRA, Jose Luiz. **A importância da utilização de indicadores econômico-financeiros para análise de desempenho das companhias seguradoras brasileiras**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/handle/tede/407>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- Pernambuco.112p.Recife.2013.Disponivelem:<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11069>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- SAMPAIO, Tuane Bazanella. **METODOLOGIA DA PESQUISA**. Santa Maria: Ufsm, 2022. 60 p. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26138/MD_Metodologia_da_Pesquisa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 nov. 2023.
- SOARES, Maria Aparecida. **Análise de indicadores para avaliação de desempenho econômico-financeiro das operadoras de planos de saúde brasileiras**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15122006-121519/pt-br.php>. Acesso em: 21 nov. 2023

APÊNDICE A – Cálculo dos Índices de Liquidez

	2020	2021	2022	2023
Liquidez Geral				
Ativo Circulante	44.822.437	39.744.996	49.623.127	58.035.080
Ativo Realizável a Longo Prazo	71.606.085	82.550.135	71.888.527	65.922.837
Passivo Circulante	27.389.974	23.883.372	26.440.876	30.912.279
Passivo Não Circulante	77.825.181	88.002.933	132.747.950	132.720.934
LG	1,11	1,09	0,76	0,76
Liquidez Corrente				
Ativo Circulante	44.822.437	39.744.996	49.623.127	58.035.080
Passivo Circulante	27.389.974	23.883.372	26.440.876	30.912.279
LC	1,64	1,66	1,88	1,88
Liquidez Seca				
Ativo Circulante	44.822.437	39.744.996	49.623.127	58.035.080
Estoque	938.331	1.115.468	429.310	452.858
Passivo Circulante	27.389.974	23.883.372	26.440.876	30.912.279
LS	1,60	1,62	1,86	1,86

APÊNDICE B – Cálculo dos Índices de Endividamento

	2020	2021	2022	2023
Participação de Capitais de Terceiros				
Passivo Circulante	27.389.974	23.883.372	26.440.876	30.912.279
passivo não Circulante	77.825.181	88.002.933	132.747.950	132.720.934
Patrimônio Líquido	73.751.294	76.416.764	111.028.636	113.173.796
PCT	142,66	146,42	143,38	144,59
Composição do Endividamento				
Passivo Circulante	27.389.974	23.883.372	26.440.876	30.912.279
Passivo Circulante	27.389.974	23.883.372	26.440.876	30.912.279
passivo não Circulante	77.825.181	88.002.933	132.747.950	132.720.934
CE	26,03	21,35	16,61	18,89
Imobilização do Patrimônio Líquido				
Ativo Não Circulante	134.144.012	148.558.073	220.594.335	218.771.929
Ativo Realizável a Longo Prazo	71.606.085	82.550.135	71.888.527	65.922.837
Patrimônio Líquido	73.751.294	76.416.764	111.028.636	113.173.796
IPL	84,80	86,38	133,93	135,06
Imob. dos Recursos não Correntes				
Ativo Não Circulante	134.144.012	148.558.073	220.594.335	218.771.929
Ativo Realizável a Longo Prazo	71.606.085	82.550.135	71.888.527	65.922.837
Patrimônio Líquido	73.751.294	76.416.764	111.028.636	113.173.796
passivo não Circulante	77.825.181	88.002.933	132.747.950	132.720.934
IRNC	41,26	40,15	61,00	62,16

APÊNDICE C – Cálculo dos Índices de Rentabilidade

	2020	2021	2022	2023
Giro do Ativo				
Vendas Líquidas	29.080.513	37.616.241	34.074.233	27.236.793
Ativo Circulante	44.822.437	39.744.996	49.623.127	58.035.080
Ativo não Circulante	134.144.012	148.558.073	220.594.335	218.771.929
GA	0,16	0,20	0,13	0,10
Margem Líquida				
Lucro Líquido	6.387.313	5.713.633	3.638.382	3.501.454
Vendas Líquidas	29.080.513	37.616.241	34.074.233	27.236.793
ML	21,96	15,19	10,68	12,86
Rentabilidade do Ativo				
Lucro Líquido	6.387.313	5.713.633	3.638.382	3.501.454
Ativo Total	178.966.449	188.303.069	270.217.462	276.807.009
RA (ROA)	3,57	3,03	1,35	1,26
Rentabilidade do Patrimônio Líquido				
Lucro Líquido	6.387.313	5.713.633	3.638.382	3.501.454
Patrimônio Líquido	73.751.294	76.416.764	111.028.636	113.173.796
RPL(ROE)	8,66	7,48	3,28	3,09

ANEXOS

ANEXO 1 – Balanço Patrimonial – Ativo referente a 2020 e 2021



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	6	7.384	21.630	192.659	286.607
Caixa restrito	7	2.544.594	3.412.292	2.544.594	3.573.362
Títulos e valores mobiliários	8	6.026.365	7.740.051	15.640.776	13.670.058
Clientes	10	719.906	481.109	5.094.976	5.971.657
Ativo contratual transmissão	17	-	-	7.356.356	10.364.908
Financiamentos e empréstimos	11	2.275.301	5.937.323	1.251.766	4.748.661
Remuneração de participações societárias	12	5.028.731	4.720.491	443.142	675.510
Tributos a recuperar	13	456.725	519.200	755.906	833.960
Imposto de renda e contribuição social	14	640.191	829.569	1.487.777	1.292.750
Direito de ressarcimento	15	741.255	-	768.848	4.684
Almoxarifado		293	305	627.573	509.991
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	487.895	428.340
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	690.333	317.443
Outros		685.320	1.683.297	2.014.705	1.855.175
		19.126.065	25.345.267	39.357.306	44.533.106
Ativos mantidos para venda	47	289.331	289.331	387.690	289.331
		19.415.396	25.634.598	39.744.996	44.822.437
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	15	5.529.316	5.583.447	5.627.386	5.583.447
Financiamentos e empréstimos	11	8.180.605	11.197.073	4.591.761	6.176.238
Clientes	10	-	-	993.080	1.061.899
Títulos e valores mobiliários	8	398.280	322.884	1.093.476	692.536
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	1.490.820	1.264.780
Tributos a recuperar	13	3.365	2.781	449.258	430.045
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	1.500.987	2.068.894
Cauções e depósitos vinculados		6.393.647	4.676.895	8.247.485	6.752.865
Ativo contratual transmissão	17	-	-	52.158.612	41.023.616
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	18	428.865	1.103.034	2.601.027	3.199.751
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	653.022	310.100
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	3.932.463	1.223.108	-	1.541
Fundo de descomissionamento	9	2.055.713	1.753.827	2.055.713	1.753.827
Outros		2.024.412	1.153.411	1.087.508	1.286.546
		28.946.666	27.016.460	82.550.135	71.606.085
INVESTIMENTOS	20				
Avaliados por equivalência patrimonial		86.966.083	75.526.783	25.769.172	26.996.243
Mantidos a valor justo		1.774.539	2.011.911	1.878.609	2.093.279
		88.740.622	77.538.694	27.647.781	29.089.522
IMOBILIZADO	21	235.453	244.673	33.367.981	32.662.912
INTANGÍVEL	22	61.387	42.974	4.992.176	785.493
		117.984.128	104.842.801	148.558.073	134.144.012
TOTAL DO ATIVO		137.399.524	130.477.399	188.303.069	178.966.449

Fonte: Eletrobras (2021)

ANEXO 2 – Balanço Patrimonial – Passivo referente a 2020 e 2021



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(em milhares de Reais)					
	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	26	5.310.178	7.984.194	8.234.753	11.410.751
Empréstimo compulsório	28	1.216.335	1.047.109	1.216.335	1.047.109
Fornecedores	24	773.858	705.908	4.031.532	3.904.051
Adiantamentos	25	1.370.946	1.060.770	1.460.455	1.134.845
Tributos a recolher	29	259.336	335.432	804.485	1.194.042
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	19.624	319.435
Contratos onerosos	32	-	-	10.517	40.196
Remuneração aos acionistas	31	1.381.111	1.530.718	1.406.891	1.547.158
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	18	578.626	647.214	578.626	647.214
Obrigações estimadas	36	153.568	167.344	1.602.947	1.454.148
Obrigações de ressarcimento	15	836.744	1.373.656	859.003	1.618.508
Benefício pós-emprego	33	-	-	233.304	192.209
Provisões para contingências	34	2.267.649	1.332.779	2.267.649	1.722.562
Encargos setoriais	30	-	-	542.913	586.845
Arrendamentos	27	7.773	7.595	209.774	217.321
Outros		64.061	111.998	236.183	353.580
		14.220.185	16.304.717	23.714.991	27.389.974
Passivos associados a ativos mantidos para venda	47	-	-	168.381	-
		14.220.185	16.304.717	23.883.372	27.389.974
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	26	19.294.960	20.014.081	35.780.892	35.591.282
Fornecedores	24	-	-	16.555	16.556
Adiantamentos	25	-	-	186.348	290.870
Obrigações para desmobilização de ativos	35	-	-	3.268.301	3.040.011
Provisões para contingências	34	23.666.275	16.526.961	31.142.222	24.108.078
Benefício pós-emprego	33	885.455	1.131.997	5.851.502	6.824.632
Provisão para passivo a descoberto	20	-	-	708.516	4.191
Contratos onerosos	32	-	-	428.164	414.705
Obrigações de ressarcimento	15	-	-	-	22.259
Arrendamentos	27	40.560	48.333	693.710	835.873
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	81.655	65.954
Adiantamentos para futuro aumento de capital		77.336	74.060	77.336	74.060
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	-	10.014
Encargos setoriais	30	-	-	649.341	744.442
Tributos a recolher	29	-	-	260.612	182.179
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	569.816	650.523	7.244.737	3.705.055
Outros		2.523.733	2.248.420	1.613.042	1.895.020
		47.058.135	40.694.375	88.002.933	77.825.181
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	38	39.057.271	39.057.271	39.057.271	39.057.271
Reservas de capital		13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros		30.890.165	28.908.054	30.890.165	28.908.054
Outros resultados abrangentes acumulados		(7.693.402)	(8.354.188)	(7.693.402)	(8.354.188)
Participação de acionistas controladores		76.121.204	73.478.307	76.121.204	73.478.307
Participação de acionistas não controladores		-	-	295.560	272.987
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.121.204	73.478.307	76.416.764	73.751.294
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.399.524	130.477.399	188.303.069	178.966.449

Fonte: Eletrobras (2021)

ANEXO 3 – Demonstração do Resultado a 2020 e 2021



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(em milhares de Reais)					
	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	40	1.365.825	297.036	37.616.241	29.080.513
Custos operacionais	41	(1.273.156)	(175.124)	(11.961.049)	(13.427.020)
RESULTADO BRUTO		92.669	121.912	25.655.192	15.653.493
Despesas operacionais	41	(13.162.674)	(4.552.850)	(20.541.541)	(12.944.576)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	17	-	-	4.858.744	4.228.338
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(13.070.005)	(4.430.938)	9.972.395	6.937.255
Resultado financeiro	42	(1.135.348)	(158.697)	(2.056.339)	(1.671.646)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(14.205.353)	(4.589.635)	7.916.056	5.265.609
Resultado das participações societárias	20	18.640.740	10.928.323	1.867.546	1.670.903
Outras receitas e despesas	43	1.210.754	-	1.210.754	16.134
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		5.646.141	6.338.688	10.994.356	6.952.646
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(1.457.752)	(2.418.461)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(3.822.971)	1.853.128
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.646.141	6.338.688	5.713.633	6.387.313
Parcela atribuída aos controladores		5.646.141	6.338.688	5.646.141	6.338.688
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	67.492	48.625
RESULTADO POR AÇÃO	36				
Resultado por ação - básico (ON)		R\$3,54	R\$4,06	R\$3,54	R\$4,06
Resultado por ação - básico (PN)		R\$3,89	R\$4,47	R\$3,89	R\$4,47
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$3,48	R\$4,00	R\$3,48	R\$4,00
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$3,82	R\$4,40	R\$3,82	R\$4,40

Fonte: Eletrobras (2021)

ANEXO 4 – Balanço Patrimonial – Ativo Referente a 2022 e 2023



7. ANEXOS

7.1. Anexo 1 - Demonstrações Financeiras

7.1.1. Balanço Patrimonial

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	10.563.580	4.927.871	21.005.003	10.739.126
Caixa restrito	479.847	2.917.849	674.649	3.098.401
Títulos e valores mobiliários	2.548.017	3.611.904	10.271.350	12.193.654
Clientes	1	462.628	5.257.407	4.794.924
Ativo contratual transmissão	-	-	11.628.133	9.349.126
Financiamentos e empréstimos	1.148.154	1.524.088	328.470	692.839
Remuneração de participações societárias	4.667.849	3.028.085	372.019	707.875
Impostos e Contribuições	1.251.706	857.466	1.651.350	1.135.913
Imposto de renda e contribuição social	896.173	261.321	2.946.992	1.749.225
Direito de ressarcimento	1.003.612	1.186.214	1.043.281	1.216.928
Almoxarifado	213	262	452.858	429.310
Valores a Receber - ENBPAR	-	40.743	-	40.743
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	378.695	501.355
Outros	315.754	926.061	1.747.119	2.285.349
	22.874.906	19.744.492	57.757.326	48.934.768
Ativos mantidos para venda	221.970	320.691	277.754	688.359
	23.096.876	20.065.183	58.035.080	49.623.127
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Caixa restrito	-	-	1.786.969	1.306.138
Direito de ressarcimento	1.501.845	2.048.517	1.641.723	2.124.907
Financiamentos e empréstimos	6.845.134	3.366.460	93.739	328.806
Clientes	-	-	666.715	703.055
Valores a Receber – ENBPAR	-	1.223.316	-	1.223.316
Títulos e valores mobiliários	427.170	411.705	844.268	412.093
Impostos e Contribuições	4.582	3.705	465.968	439.196
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	3.502.430	3.541.162
Cauções e depósitos vinculados	3.911.967	6.402.122	6.900.268	8.558.013
Ativo contratual transmissão	-	-	48.880.409	51.703.084
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	94.939	485.507
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	20.596.029	-	-
Outros	1.564.786	1.755.305	1.045.409	1.063.250
	14.255.484	35.807.159	65.922.837	71.888.527
INVESTIMENTOS				
Avaliados por equivalência patrimonial	131.413.591	112.079.558	33.487.644	32.224.264
Mantidos a valor justo	1.437.612	1.657.261	1.492.612	1.761.258
	132.851.203	113.736.819	34.980.256	33.985.522
IMOBILIZADO				
	205.947	231.883	38.781.711	34.739.705
INTANGÍVEL				
	88.118	67.857	79.087.125	79.980.581
	147.400.752	149.843.718	218.771.929	220.594.335
TOTAL DO ATIVO	170.497.628	169.908.901	276.807.009	270.217.462

Fonte: Eletrobras (2023)

VO

ANEXO 5 – Balanço Patrimonial – Passivo Referente a 2022 e 2023



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.203.346	3.682.702	15.937.802	7.524.770
Empréstimo compulsório - Acordos	1.846.786	-	1.846.786	-
Empréstimo compulsório	1.288.856	1.289.602	1.288.856	1.289.602
Fornecedores	95.511	994.922	2.513.438	3.517.173
Adiantamentos	3.513	1.486.222	159.332	1.653.122
Impostos e Contribuições	379.739	370.739	969.340	1.271.700
Imposto de renda e contribuição social	-	-	108.599	-
Remuneração aos acionistas	41.815	913.018	47.954	924.644
Obrigações com pessoal	169.473	166.337	1.568.705	2.318.554
Obrigações de ressarcimento	14.961	1.912.423	14.961	1.912.423
Benefício pós-emprego	-	-	302.234	246.437
Provisões para litígios	2.144.209	2.646.711	2.540.596	2.709.161
Encargos setoriais	-	-	907.169	996.610
Obrigações da Lei 14.182/2021	-	-	2.105.872	1.472.662
Arrendamentos	10.930	8.710	228.153	224.319
Outros	74.559	74.919	372.482	209.251
	<u>18.273.698</u>	<u>13.546.305</u>	<u>30.912.279</u>	<u>26.270.428</u>
Passivos associados a ativos mantidos para venda	-	-	-	170.448
	<u>18.273.698</u>	<u>13.546.305</u>	<u>30.912.279</u>	<u>26.440.876</u>
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.410.131	22.269.941	54.573.468	51.581.752
Adiantamentos	-	-	104.318	213.921
Provisões para litígios	17.339.486	22.084.048	26.308.965	30.623.558
Benefício pós-emprego	665.491	680.399	4.809.692	4.947.234
Obrigações da Lei 14.182/2021	-	-	36.423.512	35.186.792
Contratos onerosos	-	-	209.099	209.099
Arrendamentos	27.693	32.571	371.286	528.849
Concessões a pagar - Uso do bem Público	-	-	552.456	372.420
Adiantamentos para futuro aumento de capital	95.544	86.919	95.544	86.919
Instrumentos financeiros derivativos	478.821	-	478.821	-
Encargos setoriais	-	-	442.528	464.358
Impostos e Contribuições	-	-	606.537	723.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	342.968	427.390	5.456.098	6.294.347
Outros	745.681	276.532	2.288.610	1.514.985
	<u>39.105.815</u>	<u>45.857.800</u>	<u>132.720.934</u>	<u>132.747.950</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	69.991.640	69.705.554	69.991.640	69.705.554
Reservas de capital e Instrumentos Patrimoniais Outorgados	13.878.262	13.867.170	13.878.262	13.867.170
Ações em tesouraria	(1.972.514)	-	(1.972.514)	-
Reservas de lucros	33.910.233	33.910.233	33.910.233	33.910.233
Lucros acumulados	4.073.448	-	4.073.448	-
Outros resultados abrangentes acumulados	(6.762.954)	(6.978.161)	(6.762.954)	(6.978.161)
Participação de acionistas controladores	<u>113.118.115</u>	<u>110.504.796</u>	<u>113.118.115</u>	<u>110.504.796</u>
Participação de acionistas não controladores	-	-	55.681	523.840
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>113.118.115</u>	<u>110.504.796</u>	<u>113.173.796</u>	<u>111.028.636</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>170.497.628</u>	<u>169.908.901</u>	<u>276.807.009</u>	<u>270.217.462</u>

Fonte: Eletrobras (2023)

ANEXO 6 – Demonstração do Resultado Referente a 2023



7.1.2. Demonstração do Resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Receita operacional líquida	93.997	139.207	27.236.793	25.064.955
Custos operacionais	(73)	(16.605)	(13.142.453)	(10.900.767)
RESULTADO BRUTO	93.924	122.602	14.094.340	14.164.188
Despesas operacionais	(432.991)	(2.355.635)	(3.165.615)	(9.288.197)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	-	-	(12.144)	362.392
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(339.067)	(2.233.033)	10.916.581	5.238.383
RESULTADO FINANCEIRO	(2.986.055)	(189.062)	(9.475.192)	(2.695.516)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(3.325.122)	(2.422.095)	1.441.389	2.542.867
Resultado das participações societárias	7.310.182	5.223.640	1.798.391	1.667.870
Outras receitas e despesas	4.088	574.658	859.931	274.366
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	3.989.148	3.376.203	4.099.711	4.485.103
Imposto de renda e contribuição social correntes	608	(271.638)	(467.723)	(1.729.398)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	201.480	374.515
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	3.989.756	3.104.565	3.833.468	3.130.220
Parcela atribuída aos controladores	3.989.756	3.104.565	3.989.756	3.104.565
Parcela atribuída aos não controladores	-	-	(156.288)	25.655
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS				
LUCRO LÍQUIDO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	(332.014)	986.785	(332.014)	986.785
Parcela Atribuída aos Controladores	(332.014)	986.785	(332.014)	986.785
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.657.742	4.091.350	3.501.454	4.117.005
Parcela Atribuída aos Controladores	3.657.742	4.091.350	3.657.742	4.091.350
Parcela Atribuída aos Não Controladores	-	-	(156.288)	25.655
RESULTADO POR AÇÃO				
Resultado por ação - básico (ON)	R\$1,59	R\$2,18	R\$1,59	R\$2,18
Resultado por ação - básico (PN)	R\$1,74	R\$2,40	R\$1,74	R\$2,40
Resultado por ação - diluído (ON)	R\$1,57	R\$2,14	R\$1,57	R\$2,14
Resultado por ação - diluído (PN)	R\$1,72	R\$2,36	R\$1,72	R\$2,36
Operações Continuadas				
Resultado por ação - básico (ON)	R\$1,73	R\$1,65	R\$1,73	R\$1,65
Resultado por ação - básico (PN)	R\$1,90	R\$1,82	R\$1,90	R\$1,82
Resultado por ação - diluído (ON)	R\$1,71	R\$1,62	R\$1,71	R\$1,62
Resultado por ação - diluído (PN)	R\$1,88	R\$1,79	R\$1,88	R\$1,79

Fonte: Eletrobras (2023)

ANEXO 7 – Demonstração do Resultado Referente a 2022

DocuSign Envelope ID: A2ABE0F0-4FAC-4CA8-94EA-36A2DA0163CA



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021					
(em milhares de Reais)					
NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2022	31/12/2021 Reclassificado	31/12/2022	31/12/2021 Reclassificado	
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida	39	377.721	1.365.825	34.074.233	34.626.834
Custos operacionais	40	(16.685)	(1.273.156)	(15.857.610)	(9.678.430)
RESULTADO BRUTO		361.036	92.669	18.216.623	24.948.404
Despesas operacionais	40	(4.638.745)	(13.162.674)	(13.417.697)	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão		-	-	365.178	4.858.744
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(4.277.709)	(13.070.005)	5.164.104	9.783.287
RESULTADO FINANCEIRO	41	(272.650)	(1.220.245)	(4.373.595)	(1.441.954)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(4.550.359)	(14.290.250)	790.509	8.341.333
Resultado das participações societárias		7.566.709	18.810.602	2.369.777	1.507.418
Outras receitas e despesas	42	195.661	1.210.754	186.924	1.210.754
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		3.212.011	5.731.106	3.347.210	11.059.505
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(563.419)	-	(1.630.034)	(1.437.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	934.421	(3.822.971)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		2.648.592	5.731.106	2.651.597	5.798.863
Parcela atribuída aos controladores		2.648.592	5.731.106	2.648.592	5.731.106
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	3.005	67.757
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	47	986.785	(84.965)	986.785	(85.230)
Parcela Atribuída aos Controladores		986.785	(84.965)	986.785	(84.965)
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	-	(265)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.635.377	5.646.141	3.638.382	5.713.633
Parcela Atribuída aos Controladores		3.635.377	5.646.141	3.635.377	5.646.141
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	3.005	67.492
RESULTADO POR AÇÃO	38				
Resultado por ação - básico (ON)		R\$1,83	R\$3,54	R\$1,83	R\$3,54
Resultado por ação - básico (PN)		R\$2,00	R\$3,89	R\$2,00	R\$3,89
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$1,80	R\$3,48	R\$1,80	R\$3,48
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$1,98	R\$3,82	R\$1,98	R\$3,82
Operações Continuadas					
Resultado por ação - básico (ON)		R\$1,33	R\$3,59	R\$1,33	R\$3,59
Resultado por ação - básico (PN)		R\$1,46	R\$3,95	R\$1,46	R\$3,95
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$1,31	R\$3,53	R\$1,31	R\$3,53
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$1,44	R\$3,88	R\$1,44	R\$3,88

Fonte: Eletrobras (2022)